

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE ERNESTINA

CAPÍTULO I

DA ASSOCIAÇÃO, SUA CONSTITUIÇÃO E FIM

Art. 1º - A Associação Comercial e Industrial de Ernestina, fundada em 12/07/1991, é uma sociedade civil, com personalidade jurídica, com denominação "ACIIPAE" - Associação Comercial, Industrial, Prestação de Serviços e Agropecuária Ernestina, e tem por fim:

1º - Congregar, para defesa dos interesses comuns empresas que exerçam atividades: industriais, comerciais, agropecuárias e de prestação de serviços;

2º - Ser o órgão representativo da classe perante os poderes públicos, autoridades nacionais e estrangeiras, outras entidades congêneres e o público em geral;

3º - Promover a expansão econômica do Município de Ernestina;

4º - Organizar e manter;

a) Departamentos Jurídicos, de Legislação Social, Fiscal, e de Estudos e pesquisas econômicas para assistência aos associados;

b) Uma seção de publicidade com um boletim ou revista informativa, que será o órgão oficial da Associação.

Art. 2º - É vedado à Associação, sob pretexto algum, envolver-se direta ou indiretamente, em assuntos religiosos ou de política partidária.

Art. 3º - A Associação tem sua sede na cidade de Ernestina e o foro na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul e a sua duração é por tempo indeterminado.

Art. 4º - O ano social termina em 12/07 de cada ano.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS, SEUS DEVERES E DIREITOS

Art. 5º - Pode ser associado da Associação, toda empresa, que legalmente habilitada, exerça atividade industrial, comercial agrícola ou prestação de serviços, ou ainda, em qualquer modalidade econômica e financeira, pessoas físicas ou jurídicas desde que aceitem o presente Estatuto, em sua íntegra, seja proposto por outro associado e admitido pela Diretoria.

Parágrafo Único - Excepcionalmente, como prêmio por serviços prestados à Associação, pode ser admitido como associado, pessoa estranha à classe comercial.

...../

VITOR S. AGUIAR

VITOR S. AGUIAR

VITOR S. AGUIAR

...../

Art. 10 - Extingue-se a qualidade de Associado:

- 1º - Pela demissão espontânea, solicitada por escrito após o pagamento das contribuições atrasadas;
- 2º - Por eliminação determinada pelo Conselho Deliberativo nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento dos Estatutos ou deveres regularmente impostos pelos órgãos competentes da Associação;
- b) Não pagamento das contribuições sociais (90 dias);
- c) Os excluídos pelo motivo previsto na letra "b" poderão ser admitidos novamente, desde que liquidem seus débitos para com a Associação com anuência da Diretoria Executiva, por solicitação do associado para reintegração ao quadro social.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Art. 11 - São órgãos Deliberativos e Diretivos da Associação:

- a) A Assembléia Geral;
- b) O Conselho Deliberativo;
- c) A Diretoria Executiva;
- d) O Conselho Fiscal.

CAPÍTULO IV

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 12 - A Assembléia Geral é o órgão soberano de deliberação da Associação, sendo constituída pelos órgãos efetivos em pleno gozo de seus direitos sociais.

Parágrafo Único - Reunir-se-á ordinariamente, na segunda quinzena do mês de julho de cada ano, e extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 13 - São atribuições da Assembléia Geral Ordinária:

- a) Analisar, discutir e votar o balanço patrimonial, o relatório da Diretoria e sua administração e parecer do Conselho Fiscal;
- b) Proceder a cada um ano, no dia da Assembléia Geral Ordinária, a eleição dos membros do Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal cuja posse será processada dentro de no máximo 30 dias após a eleição;
- c) Discutir e deliberar sobre propostas, requerimentos, memoriais e indicações que forem apresentadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo;
- d) Deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Associação.

Art. 14 - São atribuições da Assembléia Geral Extraordinária:

- a) Reforma do Estatuto Social;
- b) Deliberar sobre matéria de competência da Assembléia Geral Ordinária, quando esta não se reunir na época própria;

...../

Mora Claudio Jorge
Paulo Roberto Silva

VITOR S. AGUIAR

VITOR S. AGUIAR

Haart

...../

Art. 6º - Os associados são distribuídos pelas categorias seguintes:

- a) - EFETIVOS: Os residentes ou domiciliados no Município;
- b) - HONORÁRIOS: Os que, havendo prestado relevantes serviços à Associação ou à classe, forem elevados a esta categoria, por proposta do Conselho Deliberativo e resolução da Assembleia Geral, em escrutínio secreto e maioria de votos.

Art. 7º - Os associados efetivos, para efeito de pagamento de suas contribuições, serão agrupados em classes, a juízo do Conselho Deliberativo, cabendo a este órgão, fixar as respectivas mensalidades, que não poderão ser superiores a 50% do salário mínimo regional e nem inferior a 5% do salário mínimo regional, ou outro indexador que substitua o salário mínimo, que vier a ser indicado, pelo Conselho Deliberativo.

§ 1º - O critério a observar, na organização das classes acima, será fixado pelo Conselho Deliberativo, mediante proposta da Diretoria.

§ 2º - A juízo do Conselho Deliberativo, poderá ser estabelecido uma jôia de admissão.

§ 3º - As contribuições serão pagas adiantadamente, até o último dia útil do mês.

Art. 8º - São direitos dos Associados:

- a) Gozar de todas as vantagens que direta, ou indiretamente, a Associação possa lhe proporcionar;
- b) Votar e ser votado, desde que esteja em dia com as contribuições;
- c) Ser votado, somente após completar 12 meses de associado, exceto a 1ª Diretoria;
- d) Requerer sua exclusão do quadro social, o que só poderá fazer por escrito, depois de pagas as contribuições em atraso;
- e) Apresentar memoriais, indicações ou propostas que interessarem aos fins sociais;
- f) Apresentar visitantes nacionais ou estrangeiros, inscrevendo-os no registro de visitantes;
- g) Recorrer para a Assembleia Geral, como última entrância de todos os atos e deliberações da Diretoria e do Conselho Deliberativo que violem os direitos assegurados nestes Estatutos;
- h) Todo associado que for transferido para a categoria superior, conservará todos os direitos adquiridos na categoria originária.

Art. 9º - São deveres do Associado:

- a) Observar, acatar e cumprir os Estatutos Sociais, e as deliberações regularmente tomadas pela Assembleia Geral, Conselho Deliberativo e Diretores;
- b) Aceitar e exercer, com critério e diligência, os encargos que lhe forem atribuídos pela Assembleia Geral, pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria;
- c) Pagar pontualmente suas contribuições;
- d) Esforçar-se pelo aumento progressivo do quadro de Associados;
- e) Propugnar pelo engrandecimento e prestígio da Associação, proporcionando-lhes a sua eficiência e constante colaboração;

...../

VITOR S. AGUIAR

VITOR S. AGUIAR

[Handwritten signature]

-/
- c) Deliberar sobre alienação ou oneração, por qualquer título ou forma, dos bens imóveis da Associação;
 - d) Deliberar sobre a dissolução da Associação;
 - e) Deliberar sobre toda e qualquer outra matéria que não seja de competência dos demais órgãos da Associação.

Parágrafo Único - A Assembléia Geral que for convocada para a Reforma deste Estatuto, alienação, permuta ou oneração dos bens imóveis da Associação, bem como para a dissolução da mesma, somente será instalada com a presença da maioria absoluta (51% dos associados que a compõem), quites com a tesouraria, e deverá, obter a aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes.

Art. 15 - As Assembléias Gerais serão convocadas com 8 dias de antecedência, no mínimo, através de Edital publicado na imprensa local, o qual deverá conter a ordem do dia, data, hora e local da Assembléia, ao menos uma vez em jornal de grande circulação no Município e emissora de rádio.

Art. 16 - A convocação será feita pelo Presidente da Diretoria Executiva, por seu substituto legal e, em caso de recusa ou impedimento de qualquer deles, pelo Presidente do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, por 15 associados no gozo de seus direitos sociais.

Parágrafo Único - Considera-se existente a recusa de que trata o presente artigo, se aprovada a convocação da Assembléia pela Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, ou requerida por 15 associados no mínimo, se dentro de 15 dias não tiver sido promovida.

Art. 17 - As Assembléias Gerais instalar-se-ão:

- a) Em primeira convocação, que ocorrerá com a presença de 2/3 (dois terços) dos sócios quites;
- b) Em segunda convocação, que ocorrerá trinta minutos após a hora marcada para a primeira convocação com a presença de 1/3 (um terço) de sócios quites;
- c) Em terceira convocação que ocorrerá trinta minutos após a hora marcada para a segunda convocação, com a presença de qualquer número de sócios quites.

Parágrafo Único - Para apuração do quorum das Assembléias Gerais, sócio Pessoa Jurídica, que na reunião esteja representado por mais de um de seus dirigentes, será considerada tão somente uma presença e com direito a um só voto.

Art. 18 - Verificadas pelo livro de presenças, a existência de quorum, o Presidente da Executiva ou seu substituto legal, abrirá a sessão, passando a Presidência a um associado, em caso de prestação de contas, indicado por um ou mais associados presentes e aprovado pela Assembléia por maioria simples em votação, simbólica que nomeará a seguir um secretário e dois escrutinadores, se for o caso.

Art. 19 - Todos os associados poderão tomar parte na discussão dos temas que integram a Ordem do Dia, competindo ao Presidente da Assembléia admitir os oradores na ordem em que solicitarem a palavra, limitando o tempo de cada um, se assim entender.

...../

Yoon Claudio Sacc

→ VITOR S. AGUIAR →

→ VITOR S. AGUIAR →

Heart

...../

Art. 20 - Salvo os casos expressos neste Estatuto, as votações serão habitualmente por aclamação, contudo, a requerimento de associado presente e, com anuência da maioria do plenário, poderão ser nominais e secretas. A aprovação dependerá da maioria absoluta de votos dos presentes.

§ 1º - Para os cargos eletivos, as votações deverão ser secretas, e ficando a cargo da Assembléia quando houver chapa única.

§ 2º - O registro de chapas para a candidatura a cargos eletivos (Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal), deverá ser efetivado com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência no mínimo, da data de realização da Assembléia.

§ 3º - O registro de chapa de que trata o Parágrafo anterior, deverá ser feito na sede da Associação, no prazo fixado através de requerimento em 03 (três) vias, firmado por todos os componentes da chapa e todos quites com a tesouraria.

§ 4º - Somente será aceita para registro a chapa que contiver a nominata dos candidatos para todos os cargos eletivos.

§ 5º - Na apuração o critério utilizado será o de chapa e não o de cargos isolados.

Art. 21 - Cada associado, excetuando-se os Sócios Honorários, terá direito a um voto que é pessoal e indelegável.

Art. 22 - Não será permitido na Assembléia, qualquer discussão de assuntos alheios aos fins da Associação e tão pouco a presença de pessoas estranhas ao quadro social, salvo os consultores contratados ou convidados da Associação.

Art. 23 - Sempre que a discussão versar sobre o assunto de interesse particular de qualquer associado, este não terá direito a voto e se o Presidente da Assembléia assim julgar necessário, para garantir a manifestação de todos sem constrangimento, convidá-lo-á para que retire-se do recinto enquanto perdurar o debate da pauta.

Art. 24 - Lavrar-se-á ata fiel e circunstanciada da Assembléia que será assinada pelo Presidente e Secretário da mesma.

Art. 25 - Somente terão direito a voto, nas Assembléias Gerais, os sócios em dia com as obrigações sociais.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 26 - O Conselho Deliberativo será composto de 7 (sete) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos e empossados pela Assembléia Geral Ordinária.

Parágrafo Único - Os ex-presidentes executivos da Associação, ainda associados, são membros natos do Conselho Deliberativo, com os mesmos direitos e atribuições dos demais conselheiros, durante o período de 4 (quatro) anos.

Art. 27 - O mandato do Conselho Deliberativo coincidirá com o da Diretoria Executiva, sendo permitida a reeleição.

...../

VITOR S. AGUIAR

VITOR S. AGUIAR

Hart

...../

Art. 28 - Os membros efetivos do Conselho Deliberativo, quando designados para cargos administrativos, serão automaticamente licenciados e substituídos por um suplente durante o decurso de tempo em que estiverem investidos daquelas funções.

Art. 29 - O Conselho Deliberativo funcionará legalmente com a presença mínima de 4 (quatro) membros.

Parágrafo Único - Salvo exceções previstas neste Estatuto as suas decisões serão tomadas por maioria de votos dos presentes cabendo ao presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Art. 30 - O Conselho Deliberativo é o órgão de orientação da Associação, incluindo-se em sua competência:

- a) Eleger seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário até 30 dias após sua eleição;
- b) Prestar colaboração à Diretoria em assuntos por esta a ele submetidos;
- c) Pronunciar-se sobre casos omissos do presente Estatuto;
- d) Julgar em conjunto com a Diretoria Executiva todos os casos de exclusão de associados;
- e) Examinar e emitir pareceres sobre relatório anual e balanço geral apresentado pela Diretoria Executiva;
- f) Levar ao conhecimento da Assembléia Geral, para exame e decisão, as proposições aprovadas por 2/3 (dois terços) dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo, sempre que tratar-se de venda, permuta ou oneração de bens imóveis da Associação;
- g) As resoluções serão tomadas pela simples maioria de votos, observando-se nas votações, os mesmos princípios da Assembléia Geral;
- h) O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente em julho de cada ano, para apreciar as contas da Diretoria Executiva e trimestralmente, para tratar assuntos gerais de sua competência. Extraordinariamente, para tratar de assuntos sempre que necessário for, quando convocado pelo seu Presidente ou por 3 (três) de seus membros ou ainda pela Diretoria Executiva;
- i) Convocar Assembléia Geral na forma prevista neste Estatuto;
- j) Fixar jórias e mensalidades, mediante proposta da Diretoria Executiva.

Art. 31 - Da competência do Presidente do Conselho Deliberativo:

- a) Presidir as reuniões do órgão;
- b) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias quando necessário, estabelecendo a Ordem do Dia. As mesmas poderão ser festivas com convidados especiais e palestrantes;
- c) Exercer "pró-tempore" a Presidência da Diretoria Executiva na vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente;
- d) Propor ao órgão que preside o que julgar necessário aos interesses sociais.

João Claudio Földi
Paulo Roberto Burt

...../

→ VITOR S. AGUIAR →

→ VITOR S. AGUIAR →

Glauco

CAPÍTULO VI

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 32 - A Associação será dirigida por uma Diretoria Executiva eleita através de Assembléia Geral Ordinária, com mandato de 01 (um) ano, ficando automaticamente prorrogado até a data da realização de eleição que eleger a nova chapa; sendo permitida a reeleição de seus integrantes.

§ 1º - A Diretoria Executiva é composta por 07 (sete) membros a seguir relacionados:

01 - Um Presidente;

02 - Um Vice-Presidente da Área Comercial e da Área Industrial;

03 - Um Vice-Presidente da Área de Prestação de Serviços;

04 - Um Vice-Presidente da Área de Agropecuária;

05 - Um Diretor de Divulgação;

06 - Um Diretor Financeiro, ao qual compete:

a) A responsabilidade pela arrecadação e aplicação dos recursos financeiros da Associação;

b) A organização e fiscalização da contabilidade da Associação;

c) Assinar, em conjunto com o Presidente, cheques e todos os documentos que representarem obrigações para a Associação, na ausência deste, o Diretor Secretário acumulará a função;

d) Zelar pelo pagamento das contas e despesas da Associação com pontualidade, apresentando mensalmente à Diretoria o Balanço respectivo.

07 - Um Diretor Secretário, ao qual compete:

a) Elaborar, em conjunto com o Presidente, o relatório anual à Assembléia Geral Ordinária, submetendo-o, antes, à Diretoria Executiva, para aprovação;

b) Assinar em conjunto com o Presidente, as ordens, representações e ofícios relativos aos negócios da Associação;

c) Assessorar a Diretoria no que for preciso, dentro de sua área de atuação;

d) Substituir o Presidente nas eventuais faltas destes dos vice-presidentes.

§ 2º - O Presidente do Conselho Deliberativo e os Delegados indicados pelo presidente da Executiva, para representá-lo junto à CIERGS, FIERGS, FEDERASUL, são membros natos da Diretoria Executiva sem direito a voto.

§ 3º - A critério da Diretoria poderá ser contratado Secretário Executivo.

§ 4º - Os cargos de Diretoria exercidos na administração, pelos membros da ACIPAE, não darão aos titulares direito de qualquer remuneração.

Art. 33 - A Diretoria reunir-se-á por convocação de seu Presidente ou seu substituto legal sempre que necessário ao andamento dos serviços sociais e serão válidos os seus atos quando presentes no mínimo 05 (cinco) de seus membros.

Art. 34 - A Diretoria, no exercício de suas funções, dispõe amplos poderes atinentes à administração da Associação tendo em

...../

VITOR S. AGUIAR

VITOR S. AGUIAR

VITOR S. AGUIAR

VITOR S. AGUIAR

por *André Fede*
Sege Robert Buelh

Heart

...../

vista o respeito aos direitos e interesses da Entidade, incumbindo-lhe privativamente:

a) Representar a Associação onde se fizer necessário, inclusive perante os poderes públicos, patrocinar os seus direitos e interesses, em juízo ou fora dele, investida dos poderes necessários, inclusive o de constituir procurador, podendo delegar mais poderes a uma ou mais pessoas;

b) Zelar pela observância do Estatuto, Regimento Interno, regulamentos e demais deliberações, cumprindo-os e fazendo-os cumprir;

c) Gerir os interesses econômicos, financeiros e administrativos da Associação;

d) Admitir o demitir, com autonomia, empregados, técnicos e demais funcionários necessários à execução dos serviços, bem como, fixar-lhes vencimentos;

e) Aceitar a inclusão de novos sócios, bem como fazer a exclusão de associados, quando for o caso, de conformidade com o Estatuto;

f) Nomear comissões especiais para auxiliá-la no desempenho de suas funções;

g) Apresentar à Assembléia Geral Ordinária relatório de sua administração, contas relativas ao movimento financeiro do período social após tê-las submetido ao Conselho Fiscal e Deliberativo, os quais darão seus pareceres.

Art. 35 - Presidente da Associação constitui-se no principal executivo da Entidade, competindo-lhe especialmente:

a) Representar a Associação em juízo ou fora dele, podendo constituir advogados ou procuradores, conferindo-lhes poderes específicos;

b) Convocar e presidir as reuniões de Diretoria e Assembléia Geral, orientando-lhes os trabalhos;

c) Assinar com outro membros da Diretoria, designado por este Estatuto, todos os atos, contratos, ou documentos que representem as obrigações para a Associação, inclusive cheques, letras e quaisquer títulos;

d) Decidir sobre todos os assuntos que demandarem soluções urgentes, levando tais decisões ao conhecimento da Diretoria na primeira reunião que esta realizar;

e) Fiscalizar a escrituração social, não podendo, entre tanto avocar a si livros ou documentos, os quais não devem sair da sede da Associação;

f) Autorizar pagamento de contas e despesas da Associação;

g) Convocar reuniões do Conselho Deliberativo, nos casos previstos neste Estatuto, sempre que necessário, participando das mesmas.

Art. 36 - Compete ao Vice-Presidente da Área Comercial, Industrial, de Prestação de Serviços e Agropecuária, elaborar, planejar e executar tarefas específicas às suas respectivas áreas, após aprovação da Diretoria Executiva da Associação.

Yotê Landu Jorde

Paul Robert Buck

...../

Heart

VITOR S. AGUIAR

VITOR S. AGUIAR

CAPÍTULO VIII

DO FUNDO SOCIAL

Art. 40 - O Fundo Social compõe-se de:

- a) Dos bens, direitos e ações da sociedade;
- b) Dos excedentes entre receitas e despesas;
- c) Das doações, auxílios e subvenções que forem atribuídas à Associação.

Parágrafo Único - Os bens imóveis somente poderão ser alienados ou gravados mediante aprovação do Conselho Deliberativo, referendado pela Assembléia Geral de conformidade com as disposições próprias.

CAPÍTULO IX

DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 41 - O exercício social será encerrado anualmente a 30 de junho, ocasião em que deverá ser levantado o Balanço Geral do Ativo e Passivo e demonstrativo do Resultado do Exercício.

Parágrafo Único - As sobras do exercício serão aplicadas integralmente no desenvolvimento dos objetivos sociais.

Art. 42 - A Diretoria Executiva submeterá ao Exame do Conselho Fiscal o Balanço Geral, livros e demais peças contábeis da Associação.

Parágrafo Único - Após o referido exame a Diretoria Executiva encaminhará ao Conselho Deliberativo para apreciação, o Balanço Geral acompanhado do parecer do Conselho Fiscal.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 - Todos os cargos dos órgãos dirigentes da Associação serão exercidos gratuitamente.

Art. 44 - Dissolvida a Associação na forma deste Estatuto, seu patrimônio reverterá em benefício de uma entidade beneficente local, a critério da Assembléia Geral.

Art. 45 - Os sócios excluídos não terão direito de reclamar qualquer importância que tenham pago, a qualquer título, à ACIPAE.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 46 - Fica previsto a criação de Departamentos, de acordo com as necessidades.

Art. 47 - Os associados não respondem pelas obrigações sociais.

Handwritten signatures and notes:
VITOR S. AGUIAR
VITOR S. AGUIAR
VITOR S. AGUIAR

VITOR S. AGUIAR

Handwritten signature: Vitor

...../
Art. 48 - O presente Estatuto só poderá ser alterado em
Assembléia Geral Extraordinária, convocada especialmente para es-
te fim, por proposta da Diretoria, aprovado pelo Conselho Delibe-
rativo.

Art. 49 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvi-
dos pelo Conselho Deliberativo.

Art. 50 - A presente consolidação estatutária entra em
vigor na data de sua aprovação em Assembléia Extraordinária.

Paulo Ricardo Kannenberg
» VITOR S. AGUIAR → PAULO RICARDO KANNENBERG,
brasileiro, solteiro, comerciante.

João Claudio Goedel
» VITOR S. AGUIAR → JOÃO CLAUDIO GOEDEL,
brasileiro, comerciante, casado.

Pedro Joaquir Werle
» VITOR S. AGUIAR → PEDRO JOANIR WERLE,
brasileiro, casado, comerciante.

Gilmar Luiz Daffer
» VITOR S. AGUIAR → GILMAR LUIZ DAPPER,
brasileiro, casado, comerciante.

Paulo Roberto Barella
» VITOR S. AGUIAR → PAULO ROBERTO BARELLA,
brasileiro, casado, comerciante.

VISTO: *Harti Nadir Schreiner*
» VITOR S. AGUIAR → HARTI NADIR SCHREINER-
-OAB/RS-Nº.21.825-

Reconheço, como verdadeiras, as assinaturas supra
e retro de PAULO RICARDO KANNENBERG; JOÃO CLAUDIO
GOEDEL; PEDRO JOANIR WERLE; GILMAR LUIZ DAPPER E
PAULO ROBERTO BARELLA E HARTI NADIR SCHREINER.

Em testemunho da verdade, dou fé.

Ernestina, 19 de julho de 1.991.

Vitor Silveira de Aguiar,
Oficial designado.

OFÍCIO DA SEDE MUNICIPAL
Ernestina - RS
Vitor Silveira de Aguiar
OFICIAL DESIGNADO
Comarca de Passo Fundo